



## **‘ESTÓRIA DA GALINHA E DO OVO’: PRESENÇA AFRICANA E BRASILIDADE**

*‘ESTÓRIA DA GALINHA E DO OVO’: AFRICAN PRESENCE AND BRAZILIANNES*

*‘ESTÓRIA DA GALINHA E DO OVO’: PRESENCIA AFRICANA Y BRASILIDAD*

Aurora Cardoso de Quadros<sup>1</sup>

### **RESUMO**

Este trabalho parte do conto “Estória da galinha e do ovo”, presente na obra *Luuanda*, de José Luandino Vieira. Ao trazer aspectos sociais e estéticos, a análise reafirma a importância da literatura africana no Brasil e a inerência da cultura africana na brasileira. A obrigatoriedade de inclusão da matriz africana no currículo escolar, conforme dispõe a LDB, exigiu a busca de novos conhecimentos até então não contemplados. Luandino apresenta uma criação ficcional rica para se pensar a sociedade, o homem, seu passado e os modos de representá-los. A linguagem original, com novidade vocabular, sintática e marcada pela oralidade, intensifica o efeito da situação retratada. As entrelinhas da narrativa abrigam a consciência política do autor, revelando implicações de múltiplos vetores subjacentes ao que se afirma pelas falas e ações dos personagens. As relações de poder carregam contradições que se relacionam ao estigma da cor. O aspecto social ligado à criação da linguagem revela como é dissolvida a diferença do elemento culto na oralidade peculiar e como a construção se expande do particular para o universal, criando um sentido coerente e libertador para a palavra arte. Como resultado, observa-se que a crítica no relato da disputa por um ovo abriga um projeto de inversão do instituído, mudando as regras do jogo de poder que envolve a desigualdade e a precariedade dos “musseques” de Luanda como metáfora para a dinâmica maior. Autores como Pierre Bourdieu e Antonio Candido fazem parte da linha racional que conduz esta proposta.

**PALAVRAS-CHAVE:** Estória da galinha e do ovo, Face pedagógica, Face estética, Face social.

---

1 Universidade Estadual de Montes Claros, [auroracardoso2010@hotmail.com](mailto:auroracardoso2010@hotmail.com)



**ABSTRACT**

*This work is based on the short story “Estória da galinha e do ovo”, present in the book Luuanda, by José Luandino Vieira. By bringing social and aesthetic aspects, the analysis reaffirms the importance of African literature in Brazil and the inherence of African culture in Brazilian culture. The mandatory inclusion of the African matrix in the school curriculum, as provided by the LDB, required the search for new knowledge that had not been contemplated until then. Luandino presents a rich fictional creation to think about society, man, his past and ways of representing them. The original language, with new vocabulary, syntactic and marked by orality, intensifies the effect of the portrayed situation. The between the lines of the narrative shelter the author’s political conscience, revealing implications of multiple vectors underlying what is affirmed by the characters’ speeches and actions. Power relations carry contradictions that are related to the stigma of color. The social aspect linked to the creation of language reveals how the difference between the cult element in the peculiar orality is dissolved and how the construction expands from the particular to the universal, creating a coherent and liberating sense for the word art. As a result, it is observed that the criticism in the report of the dispute over an egg encompasses a project of inversion of the instituted, changing the rules of the power game that involves inequality and the precariousness of the Luanda musseques as a metaphor for the greater dynamic. Authors such as Pierre Bourdieu and Antonio Candido are part of the rational line that drives this proposal.*

**KEYWORDS:** *Estória da galinha e do ovo; Pedagogical face; Aesthetic face; Social face.*

**RESUMEN**

*Este estudio parte del cuento “Estória da galinha e do ovo”, presente en la obra Luuanda, de José Luandino Vieira. Al ofrecer aspectos sociales y estéticos, el análisis reafirma la importancia de la literatura africana en Brasil y la inherencia de la cultura africana en el país. La inclusión obligatoria de la matriz africana en el currículo escolar, prevista por la LDB, requirió la búsqueda de nuevos conocimientos que hasta entonces no se habían contemplado. Luandino presenta una rica creación de ficción para pensar sobre la sociedad, el hombre, su pasado y las formas de representarlos. El idioma original, marcado por un vocabulario novedoso desde el punto de vista sintáctico y de sus relaciones con la oralidad, intensifica el efecto de la situación retratada. Los sentidos escondidos de la narrativa albergan la conciencia política del autor, revelando implicaciones de múltiples vectores subyacentes a lo afirmado por los discursos y acciones de los personajes. Las relaciones de poder conllevan contradicciones relacionadas con el estigma del color. El aspecto social ligado a la creación del lenguaje revela cómo se disuelve la diferencia entre el elemento culto en la peculiar oralidad y cómo la construcción se expande de lo particular a lo universal, creando un sentido coherente y liberador de la palabra arte. En consecuencia, se observa que la crítica representada en la narrativa, que se centra en la disputa por un huevo, engloba un proyecto de inversión de lo instituido, cambiando las reglas de un juego de poder que involucra la desigualdad y la precariedad de los musseques de Luanda – aquí instituidos como metáfora de una dinámica más amplia. Autores como Pierre Bourdieu y Antonio Candido forman parte de la línea teórica que guía esta propuesta.*

**PALABRAS-CLAVE:** *Estória da galinha e do ovo, Ángulo pedagógico, Ángulo estético, Ángulo social.*

## Introdução

O conto “Estória da galinha e do ovo”, de Luandino Vieira (2006), trata da disputa por um ovo, em torno da qual é armada uma rede cujos fios são tecidos de forma a sugerir certo panorama de relações e dados culturais do organismo social de Luanda. O relato passa-se num bairro pobre da capital angolana, conforme introduz o próprio narrador: “esses casos passaram no musseque Sambizanga, nesta nossa terra de Luanda” (VIEIRA, 2006, p. 107). Ao articular as ações dos indivíduos conforme seus papéis, é possível intuir a mente crítica do seu criador, Luandino Vieira que, embora tenha nascido em Portugal, optou pela nacionalidade angolana, tendo lutado pela libertação deste país. Sua escrita pode ser trabalhada de modo instrumental na prática pedagógica apresentada pela Lei 9.394/96, no parágrafo quarto do artigo 26, que determina: “[o] ensino da História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígena, africana e européia.” (BRASIL, 1996, Art. 26).

O fenômeno que se apresenta denunciado no conto, ligado às implicações do passado de Angola, reflete também o Brasil. Parece haver, de fato, uma marca, um prenúncio de estagnação e impotência, atrelada ao homem comum, pobre e negro do lugar. Também sugere subliminarmente um elo com a colonização escravista que, segundo Edward Said (2003), é a linha indelével que define a perpetuação da injustiça e desigualdade. Os personagens presentes no conto motivam reflexões humanísticas e desencadeiam questões ideológicas advindas da problemática instalada, revelando uma sociedade de interesses individuais, onde quase todos os envolvidos defendem um ponto de vista limitado ao seu próprio âmbito. A disputa sobre um ovo mostra a degradação do homem, e a violência desencadeada a partir disso serve de dispositivo central do qual os fios partem e os papéis sociais surgem e se insinuam ideologicamente. A desventura da extrema precariedade assim descortinada certamente não se dá de forma neutra na origem da criação literária, do mesmo modo que a leitura não deve se dar de forma neutra. O conto em questão pode ser visto pelas lentes da orientação da LDB acrescida em 2008, com a determinação de que “[o]s conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras.” (BRASIL, § 2º do Art. 26). Mais que retomar um direito referente ao “outro”, a medida implica na retomada de uma substância que é interior ao ser brasileiro. A determinação, do ponto de vista dos conteúdos e das áreas em que eles serão trabalhados, dá relevo ao fato de que “os valores que a sociedade preconiza, ou os que considera prejudiciais, estão presentes nas diversas manifestações da ficção” (CANDIDO, 2004, p. 175). Com respeito ao elemento tratado de modo externo, como se tratando de um indivíduo não pertencente, ou seja, como a terceira pessoa, “ele”, em referência ao afro-descendente, fica patente na própria redação da lei a importância de se investir em um movimento que conscientize e que traga de dentro, da própria origem, o entendimento do que

é ser o brasileiro de hoje. Nessa postura, busca-se não apenas o saber, mas a naturalização do modo de tratar o fato de que o Brasil traz a veia africana em si. O homem preto que aqui aportou durante a colonização mantém pela cor o traço predominante e determinante das falsas valorações, denunciadas em fortes metáforas da literatura. O poeta negro Adão Ventura escreve, em pleno século XX no Brasil:

faça sol ou faça tempestade  
meu corpo é cercado  
por estes muros altos,  
- currais  
onde ainda se coagula  
o sangue dos escravos (VENTURA, 1984, s/p).

A literatura, exercendo esse papel social de potencialmente “agir” de modo abstrato sobre os fatos ao representá-los, alia o fator histórico ao fator estético. Aquele tem valor de pressuposto de verdade; este relativiza a verdade rerepresentando *suas* verdades, o que atribui dimensão universal e amplia o conhecimento, de certo modo subjetivo, sem deixar de ser ferramenta eficaz e construtora auxiliar do imaginário que delinea traços da identidade nacional. Quanto à representação literária, é inegável que ela se torna, nesse âmbito de inclusão da face africana nos currículos, espaço de reflexão sobre o próprio interior do brasileiro. Talvez seja o elemento inerente que deva ser despertado por essa obrigatoriedade paradoxal. Paradoxal, porque o negro não é o “ele”; o negro é também e sobretudo o “eu” brasileiro. E aqui não se refrata esse “eu” em um dos vetores de cultura, arte, costumes e crenças. É o próprio indivíduo que ao mesmo tempo é uma nação no apagamento das fronteiras contraditórias e inexistentes das noções de etnia ou outra implicação do ser brasileiro. A história da literatura brasileira mostra, desde o polêmico Sílvio Romero (1960), a mestiçagem impregnada na trajetória do país, que independente de qualquer relação direta de cruzamento, está na troca desde a origem da nação, em termos de construção de país a partir da colonização.

Já nos primórdios do Brasil colonizado, são muitos os documentos que tornam inconteste a contribuição do elemento africano, tendo Gilberto Freyre ao centro. As trocas e relações de toda espécie, desde as brincadeiras do pequeno africano com o filho do branco europeu, que se formava para o mando, são explicados por muitos estudiosos, que concebem o fato de que uns foram inoculando nos outros, num metafórico *melting pot*, os elementos culturais, étnicos, religiosos, artísticos. Assim, a mestiçagem é uma opção válida para se entender o contato dos elementos que formaram o ser brasileiro, seja numa ótica étnica, seja na ótica cultural. Tem-se como verdade geral, embora com controvérsias ponderadoras mais ligadas a preconceitos, que “no contato perene de nossas famílias influíram os negros profundamente no caráter nacional por meio de seus hábitos, de suas usanças, de suas predileções, de suas lendas, de seus cantos, de suas tendências psicológicas” (ROMERO, 1960, p. 113).

Já a respeito do contexto angolano, essa mestiçagem cultural está ligada a categoria do “crioulo” como elemento importante para se entender a natureza da atuação de Luandino no Movimento Popular de Libertação de Angola – MPLA. Segundo Marcelo Bittencourt (2002), os indivíduos que se reuniam no movimento eram caracterizados pela mestiçagem cultural, chamados “crioulos”. Explica o estudioso que o crioulo pode ser “tanto preto, como branco ou mulato. É a presença simultânea de elementos de cultura africana e europeia no seu comportamento que irá caracterizá-lo como crioulo.” (BITTENCOURT, 2002, p. 10). Assim, Luandino seria um crioulo que lutou para a independência de Angola, para onde foi criança e onde viveu também a adolescência.

O africano nativo, enraizado na formação nacional brasileira, sob este ponto de vista, torna-se componente incontestado a ser incorporado apenas na consciência, já que faz parte da gênese do povo. Fazendo parte da gênese do povo, isso porque veio da África na condição de escravo, o negro, além dessa memória inapagável, traz consigo também, a miscigenação fisiológica e cultural, incluindo a sombra do sofrimento que reside no flagelo da eterna escravidão. A diáspora escravagista faz com que se criem elos, de certo modo, que irmanam os africanos e delineiem em grande medida seus modos de vida. A literatura é representante desse fato, uma vez que representa o homem e a vida, muitas vezes legitimando a humanidade desse indivíduo exatamente porque representa criticamente sua existência na sociedade de supremacia da cor branca e as contradições que buscam negar esse seu elemento. Negada a cor, negado o povo escravizado, é negada sua constituição. Assim, perpetua-se o racismo, em uma decorrência paradoxal de se querer deixar fora o que é inerente: o negro acaba por ser a vítima maior do equívoco e da injustiça.

Uma abordagem marcante sobre o elemento da cor na memória do negro no Brasil está em Silviano Santiago, no artigo “A cor da pele”, mesmo nome da obra do mineiro Adão Ventura. A cor da pele é entendida nos seguintes termos:

algo de pessoal e intransferível, e ao mesmo tempo algo de coletivo e histórico. O homem se descobre negro na tessitura da pele, e nesta vê as marcas da escravidão e do degredo, e sente os sofrimentos e a Mãe-África. Vale dizer: descobre a história da escravidão e a comunidade dos escravos. (SANTIAGO, 1982, p. 123)

Esse sofrimento constitui-se de alguns vetores e, no conto, é intensificado pelo desejo da grávida Bina. Além dela, muitos anseiam pelo ovo, representando a fome generalizada do lugar, que é levada ao hiperbólico extremo em “Estória da galinha e do ovo”, de Luandino Vieira. Entre essa fome física e a precariedade social em muitos ângulos, o homem se representa como em combate pela sobrevivência. Num meio inusitado para o leitor externo, a linguagem com que Luandino o representa assume seus ares e, de modo surpreendente, combina, harmoniza, cria um universo linguístico paralelo. Modificada a sintaxe, modificada a morfologia, a língua se desvia também do poder instituído de hegemonia branca.

Desse modo, no que tange à linguagem, criativa e sofisticadamente (des)elaborada, por assim dizer, ela se instala na sua ambivalência entre simples e complexa, particular na temática que individualiza a disputa entre Zefa e Bina; e universal, na fome e na marca da cor, que são problemas do homem e do mundo, sobretudo dos países de passado escravagista como o Brasil. O delineamento vocabular e sintático atribui a peculiaridade do subúrbio luandense, tornando o modo de dizer um recurso para libertação do modo de ser. Nesse ponto, um olhar respaldado por Norman Fairclough (2001) sobre a linguagem em uso, valida a ideia de que Luandino Vieira, ao criar uma oralidade peculiar do musseque, revela também uma forma de visão de mundo e constitui concomitante à linguagem e, por meio dela, uma prática social libertadora. Também vai contra aos agentes dominantes que atuam por meio da exploração e domínio. Nesse sentido, a literatura consiste em ação e representação, fazendo dialogar essa linguagem em uso com a estrutura social e suas implicações representadas subliminarmente. Sua linguagem, entre oralidade simples e complexidade técnica e ideológica, posiciona a representação como um distinto ponto de vista sobre o mundo. A constituição de identidades, das relações intersubjetivas, bem como dos preceitos e crenças faz, no mínimo, intuir-se um posicionamento ideológico e político diferente diante do mundo que se representa.

A desordem política, se por política se entende a arte das relações humanas, e a tentativa de solução motivam novos olhares, enquanto a linguagem inclui harmonicamente o elemento exterior ao espírito do leitor, semelhante ao que Antonio Candido (1972) explica a respeito de Simões Lopes Neto. Este escritor cria um narrador especialmente inserido no universo rústico dos pampas, o Blau Nunes. Este dissolve a separação entre leitor e narrador, não destacando o falar do homem rústico com o falar do narrador culto, como comumente acontece. E embora no conto de Luandino o enfoque narrativo não seja em primeira pessoa, observa-se que o modo narrativo neste também deixa de criar “um ente separado e estranho, que o homem culto contempla, para tornar-se um homem realmente humano, cujo contato humaniza o leitor” (CANDIDO, 1972, p. 09). Assim, a linguagem torna-se um instrumento de inclusão e de ruptura com a tradição de preconceito e exclusão.

### **1. O conto e sentidos sugeridos**

Na dinâmica do conto “Estória da galinha e do ovo”, os personagens vão se inserindo de modo a apresentar simultaneamente seus papéis e os valores a eles atribuídos. Chamados pelos protagonistas do conflito a auxiliarem na decisão a respeito da legítima propriedade do ovo botado pela galinha, os personagens acabam por advogar em causa própria e emitir pareceres favoráveis a si mesmos, seja para ficarem com o ovo, seja para lucrarem com a situação. Assim, descortina-se uma organicidade de exploração, constitutiva de verdadeira violência social, que se associa à acepção de Bourdieu e intensifica o panorama de ineficiência concreta e simbólica.

As elaborações de Bourdieu (1996) a respeito da literatura incluem outros tipos de

violência, que podem apresentar-se em sentidos diversos. Isso porque, segundo ele, os embates no interior da literatura refletem os embates possíveis no mundo que ela representa. No caso exposto por Nilo Odalia (1993), por exemplo, na definição de privação, observa-se a violência na penúria como vivem os personagens presentes no conto do Luandino Vieira aqui abordado. É por serem coibidos dos direitos básicos que chegam ao ponto de trazerem ao centro da discussão a posse e a propriedade de um ovo. Despojados de cidadania, de estima e valor, instala-se a violência multifacetada na qual se observam, de modo central e predominante, vários tipos de arbítrio cultural. Sua natureza de invisibilidade pela naturalização ou de inconsciência pela privação dos meios de que dispõem as altas classes, constrói-se predominantemente no âmbito simbólico, uma vez que é advinda do poder simbólico, descrito por Pierre Bourdieu como “poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem” (BOURDIEU, 1989, p. 07-8). Advém desse poder simbólico, acrescida a esse olhar respaldado pela idéia do poder, a violência simbólica, que concentra a imposição e domínio naturalizados culturalmente. Sobre a luta interna presente na literatura (mas que se estende a outras artes), ligada à externa, ou seja, àquela gama possível de embates no âmbito real, o estudioso diz:

embora lhes sejam amplamente independentes em seu princípio (isto é, nas causas e nas razões que as determinam), as lutas que se desenvolvem no interior do campo literário (etc.) dependem sempre, em seu desfecho, feliz ou infeliz, da correspondência que possam manter com as lutas externas (as que se desenvolvem no seio do campo do poder ou do campo social em seu conjunto) e dos apoios que uns ou outros possam encontrar aí.

Assim, os arbitrários culturais atuantes como violência simbólica tornam-se instrumento de entendimento do conto, uma vez que sugere formas de associar os papéis sociais às figuras solicitadas como mediadoras “legítimas” do conflito. Essas conseqüentemente como peças da engrenagem, ao contrário do esperado pelo bom senso, buscam coagir os envolvidos e reverter a situação, manipulando o resultado em proveito próprio. Na coação pelo discurso revelam-se as disposições no jogo social (BOURDIEU, 2001), em que uns se investem do poder em nome de uma legitimidade consagrada socialmente, mas que no conto é subvertida. Ainda que, segundo este teórico, seja comum nas estruturas sociais o jogo das coerções no exercício dos papéis dos indivíduos, o jogo do homem pobre e negro em “Estória da galinha e do ovo” é justificado por uma “inferioridade” concebida no conto em viés irônico, uma vez que diz, mas representa o oposto nas entrelinhas, confirmado sobretudo pelo desfecho. O fato evidente nessa dinâmica é a existência dos arbitrários culturais, especialmente por meio dos personagens que se aproveitam de uma espécie de saber tomado *a priori* como superior. Porém, o desfecho das artimanhas de cada um vai sendo convertido em frustrante revés, e nenhum obtém êxito na tentativa de levar vantagem. Nesse sentido, a dinâmica dos personagens e argumentos que vão sendo inseridos criam uma inversão subliminar na noção dos papéis sociais e da violência simbólica, numa

espécie de “carnavalização”, como explicado por Mikhail Bakhtin (1987), uma situação que subverte a ordem e revela o “mundo às avessas”, quebrando a expectativa do desfecho natural que normalmente acontece no processo de reprodução dos modelos de domínio.

Embora a precariedade que a disputa pelo ovo denota seja central, as conotações do homem e seus problemas subjazem em segundo plano na visão que aponta as reviravoltas que fogem ao controle dos autorizados a falar. O caráter cômico assume valor de revanche, que é intensificada pelos insultos verbais, pelo vocabulário e pelo espaço público do musseque. O desvelar das mentiras e a ruptura com o que se espera do poder dominante de hegemonia branca e abastada aprofundam os sentidos do riso carnavalesco nas suas manifestações concretas e abstratas. Assim, seja na perna disforme do proprietário sô Vitalino, seja no aspecto degradado do dono da quitanda, seja no ridículo do Azulinho, seja na manifestação de má fé de todos eles, o fato é que ao tirar o véu e mostrar o ridículo de fatos e personagens que se imputam uma condição privilegiada, o que se sucede é o apontamento de vícios e, ao mesmo tempo, o castigo dos mesmos, destituindo de significado o capital simbólico do corpo hegemônico (HALL, 2003) e subvertendo seu prestígio. O pobre, contudo, é o “vencedor” no jogo do poder e, nesse efeito, giram os fatos contraditos.

Começando pela questão racial, o preconceito está expressivamente instaurado, iniciando com o momento em que a velha Bebeca, cuja idade avançada seria o argumento legítimo sabedoria, é chamada a dar seu parecer. Porém, ainda em uma configuração especular da arbitragem cultural, após a negação das primeiras opiniões dadas, os personagens do centro da disputa mantêm a crença no poder e na legitimidade de pessoas externas ao fato. Como se lê no trecho a seguir, mesmo a senhora mais madura, revelando o embaraço da situação em que se encontra, decide chamar outro sujeito, o sô Zé, o dono da quitanda, reconhecendo-o como superior, e justificando pela cor tal superioridade:

- Minhas amigas, a cobra enrolou no muringue! Se pego o muringue, cobra morde; se mato a cobra, o muringue parte!... Você, Zefa, tem razão, a galinha é sua, ovo da barriga dela é seu! Mas Bina também tem razão dela: ovo foi posto no quintal dela, galinha comia milho dela... O melhor perguntamos ainda no sô Zé... Ele é branco!... (VIEIRA, 2006, p. 113-4).

A última frase parece dar uma martelada semântica decisiva no percurso de até então, revelando a predominância da cor dos intercessores que atuaram no caso. Também faz alusão ao fato explicado por Ronilda Ribeiro: “[d]a obrigação de definir um ideal impossível para a realidade do próprio corpo e da própria história pessoal e étnica, decorrem auto-imagem desfavorável e autoestima rebaixada, ou seja, sérios problemas de identidade pessoal (RIBEIRO, 1999, p. 238).

Nesse embate e dilema essencial envolvidos como num *ad infinitum* em torno do ovo, e entre motivos, razões e argumentos, na superfície, a altercação tem como centro duas mulheres: Bina, a moça grávida, em cujo quintal a galinha costumeiramente ia ciscar e acabava sendo alimentada pela moça; e Zefa, a dona da galinha, que reivindica como legítima a propriedade do ovo. A configuração da hierarquia e do sistema de exploração e domínio não deixa dúvida sobre o espaço e forma como o poder acontece. No bate-boca, cada qual com seus argumentos, a questão vai se arrastando sem solução e as pessoas eleitas para auxiliar não ajudam; ao contrário, tentam manipular os fatos com os argumentos da autoridade de que se investem.

Observa-se que essa construção narrativa vai muito além de um caso de briga entre vizinhos. Há a representação estética, ficcional, e os elementos articulados que evidenciam os interesses individuais. Ampliando em esboço os fatos envolvidos, tem-se que as questões, embora peculiares, remetem ao homem de modo geral, e sugerem uma dinâmica que envolve “mecanismos constitutivos de jogos sociais tão envoltos pelo prestígio e mistério como os da arte, da literatura, da ciência, do direito ou da filosofia, e depositários de valores em geral” (BOURDIEU, 2001, p. 16). Além disso, evidencia-se que os valores defendidos na narrativa dependem do ponto de vista de quem está no núcleo do evento. A narrativa testemunha e, de certo modo, renega a ação geral dos sujeitos credenciados para falar, revelando que o poder e seus “mandatários sociais” não se harmonizam em prol do coletivo nem procedem pelos meios, por assim dizer, pacíficos. E a articulação ficcional, por meio do rasgar dos véus, tem o potencial de deflagrar processos psíquicos no leitor, uma vez que na fantasia o “ponto de partida é a realidade sensível do mundo, ao qual se liga assim necessariamente” (CANDIDO, 1972, p. 83), tornando-se espelho e modelo de vida e propiciando reflexões a partir da experiência esteticamente vivenciada. As estratégias usadas são instrumentais na produção do resultado egocêntrico que cada um espera, mas não deixa de haver a tentativa de conciliação num suposto assentimento com base na “justiça” que se busca para si. Percebe-se, portanto, a intenção de se estabelecer uma diretriz estética implicada numa engrenagem do poder que, quase sempre, tenta impor um discurso, um saber tomado *a priori*, hegemônico que, *grosso modo*, impera sob o signo da verdade, do bem dizer, negando a dialética da razão e a flexibilidade dos sentimentos fraternos, como ordinariamente acontece em função das classes dominantes.

Esse espaço central e superior de influência é móvel e inicialmente é representado pela velha Bebeca pela sua vivência, mas ela se desautoriza e passa a decisão ao branco sô Zé, dono da quitanda. Ele acaba por manipular as premissas e concluir que o ovo seria seu, pois a galinha fora alimentada com o milho comprado na sua quitanda e que ainda não estava pago. Por isso, é destituído da função sem levar o ovo e com protestos. O próximo demandado é o sábio Azulinho. Este, após solicitar e receber o ovo para decidir a quem pertenceria, diz que o levará ao padre, que teria maior poder para opinar, mas é impedido por Zefa, que lhe toma o ovo. Depois, quem chega é o senhor Vitalino, proprietário que vem aos finais de mês cobrar alugueis.

Vavó Bebela solicita-lhe a opinião, mas esse também tenta atribuir a si mesmo a propriedade do ovo, já que esse foi botado em sua propriedade, no quintal de Bina, sua inquilina. Depois do senhor Vitalino, surge sô Artur Lemos, homem letrado, apelidado de Vintecinco linhas. Tinha sido ajudante de notário, e sua pilha de livros dava ares de advogado à sua sala. Lemos é descrito como quem resolve com seu conhecimento tudo quanto a ele chegue. Após ouvir o relato da galinha, ele também usa da sua esperteza e confunde ainda mais as mulheres. Segue um trecho do diálogo, em que se percebe a manifestação do posicionamento burocrático, em cujas entrelinhas residem a atitude opressora e uma das faces do poder simbólico, partindo de quem detém mais conhecimento e, por isso subjugava, pelo saber, o outro. O discurso de Lemos transforma o ovo em objeto de fato jurídico litigioso, e a disputa é tratada segundo as noções da propriedade e da legitimidade documental:

\_ Pelos vistos, e ouvida a relatora e as partes, trata-se de litígio de propriedade com bases consuetudinárias...  
\_ As mulheres olharam-se, espantadas, mas ninguém que disse nada;  
Vintecinco linhas continuou, falando para ngaZefa:  
\_ Diz a senhora que a galinha é sua?  
\_ Sim, sô Lemos.  
\_ Tem título de propriedade?  
\_ Ih? Tem é o quê?  
\_ Título, dona! Título de propriedade! Recibo que prova que a galinha é sua!  
(VIEIRA, 2006, p. 125).

A discussão prossegue e se encerra após a gargalhada das mulheres, quando o senhor Lemos propõe a cada uma que entrasse com uma queixa judicial contra a outra. Para isso, ele diz que precisaria de que lhe adiantassem “cinco escudos cada uma para papel” (VIEIRA, 2006, p. 125). Também critica: “\_ Pois é! Como é que as pessoas querem fazer uso da justiça se nem arranjam os documentos que precisam?” (VIEIRA, 2006, p. 125). Ao final, diante da gargalhada geral e incessante dos presentes, ele ainda tentou levar o ovo para que um juiz “seu amigo”, desse o veredicto sobre o direito ao ovo. Desse modo, Sô Lemos parece encarnar ao mesmo tempo o papel do sistema burocrático e a sua face jurídica, além de denunciar em sua fala a preponderância do interesse pessoal sobre a atividade profissional ética.

Após ele, chega a polícia. Esta, que de fato encarna a explicitação da violência, traz no plano concreto a privação e a subordinação. O conto, que vinha percorrendo um trajeto que ia se crescendo de sujeitos, por assim dizer, circunscritos à representação da violência simbólica, acaba por recorrer à violência física explícita da força bruta. E legitimada, uma vez que são policiais que chegam batendo indiscriminadamente com socos nos presentes. Não se trata mais da mesma forma de poder simbólico, mas daquele legitimado pelo poder de polícia. Antes desses, porém, há outro dado significativo e que aponta para os papéis consagrados socialmente. É quando, não havendo solução para o impasse, ocorre a sugestão das mulheres para que todos esperassem os maridos chegarem para se decidir a quem caberia o ovo. Observa-se o jogo com os valores e os dados culturais daquela comunidade, fazendo as distinções de modo inconsciente, mas efetivo nas decisões e problemas. Esse fato encontra explicação em partes do seguinte ponto de vista:

O processo de diferenciação do mundo social conducente à existência de campos autônomos concerne, ao mesmo tempo, ao ser e ao conhecer: ao se diferenciar, o mundo social produz diferenciações dos modos de conhecimento do mundo: a cada um dos campos corresponde um ponto de vista fundamental sobre o mundo que cria seu próprio objeto e encontra nele mesmo o princípio de compreensão e explicação conveniente a esse objeto. (BOURDIEU, 2001, p. 120)

Assim, os vários tipos de manifestação de poder movimentam-se de fato entre o ser e o conhecer. As instâncias de valor consagrado variam e estabelecem como que castas de poder e credibilidade, pautadas pelos papéis de que os sujeitos se investem, seja o do conhecimento erudito, seja do conhecimento pela experiência de vida, seja do pressuposto de valoração de cor, seja do saber institucional, seja da posição social ou da posse material, até o poder de polícia. Os fatos que descortinam problemas no *musseque* de Sambizanga revelam-se mais adversos ainda pelo modo como os indivíduos podem atuar na justificativa de diferenciação, manipulando as ideias nas quais, na verdade, nem eles próprios acreditam. A ideia de Bourdieu encontra analogia em Norman Fairclough (2001), e o discurso construído por Luandino, como prática política e ideológica, torna-se ação e veículo de valores. Como prática política, aponta para o fato de que o que se diz tem o potencial de estabelecer, manter e transformar as relações de poder e as entidades coletivas onde existe relação de poder. O caso em torno do ovo revela profundas relações de poder, mas este é subvertido, uma vez que os convidados a opinar são todos rechaçados pelos socialmente subalternos.

Por outro lado, nota-se o paradoxo existente na natureza humana de não conseguir realizar uma ação que faça jus ao seu entendimento como homem, e o fato de o objetivo de vantagem ter sido buscado por meio da palavra, opondo-se à força bruta e sob o manto da verdade e da consciência, mas que é delineado pelo egocentrismo, acaba com o desfecho da força bruta, explícita na ação da polícia. Talvez não haja propriamente um pessimismo, mas uma descrença na capacidade de fazer valer os valores e uma constatação da natureza humana, que primeiramente volta-se para si mesmo. Talvez também seja apenas o desvelar dos modos de sobrevivência no lado do mundo onde, para muitos, um ovo é conotado e perseguido como um grande tesouro.

Na questão da cor, que mais se instaura como nódoa ou cicatriz, como traço em que retumba o eco do passado escravagista, o leitor se envolve e, ao se envolver, conhece, enxerga e, admirado pela hipérbole da pobreza que se instaura em muito pela cor, repensa o mundo. Os habitantes do *musseque*, a mulher grávida que anseia pelo ovo, a proprietária da galinha que não acha justo perder o ovo da sua própria galinha, enfim, os personagens envolvidos no preconceito, sobretudo racial, e nas “enfermidades” espirituais decorrentes dele, de certo modo, confirmam o flagelo que perpetua a escravidão.

Pela linguagem, a narrativa coaduna o ingrediente verbal da coloquialidade comezinha que, no universo da representação, sem um ruído de atrito definitivo devido ao caráter rudimentar do fato, não se destitui da natureza literária inerente, embora a crítica seja incontestada. Contudo a trama se complica pela palavra, uma vez que o problema acaba se adentrando em falácias e malabarismos verbais. Ou melhor, exótico inicialmente, mas profundamente coerente pela ambientação que funde harmonicamente, de forma homogênea, a palavra e o acontecimento, o caso em torno do ovo transforma-se em problema de cada um, pois envolve espiritualmente o leitor. Lembra-se também o que parece fazer crescer algo inexplicável na situação: o maior exotismo ou a maior capacidade expansiva de grandeza está exatamente no oposto, no ínfimo do episódio. E essa natureza assume ares ainda mais inusitados devido a ser o fato em si o centro temático da narrativa e num crescendo ir revelando cada vez mais diminuto em tudo: no mundo, no homem, na palavra. A gramática reveste-se do pitoresco peculiar à gente do local e se desvia da linguagem culta sem deixar de ser literária. Curiosamente, aproxima-se mais do efeito estético do elemento potencialmente tocante. Essa face da forma não se esvazia, mas se intensifica pelo teor social do conteúdo, tocando mais fundo pelo que se diz e intensificado pelo como se diz, criando a organicidade harmônica entre forma e fundo. O argumento da inquilina sobre o direito à posse do imóvel reveste-se de um encanto singelo, ao dizer ao proprietário que “[s]empre que as pessoas paga renda no fim do mês, pronto já. Fica as pessoas como dono, não é?” (VIEIRA, 2006, p. 122). Os papéis aqui bem definidos associam pólos que misturam o “ter” e o “ser” e acabam legitimando o conhecimento. O efeito estético da linguagem acontece em ponderação do estado que dissolve o caráter abrutalhado e alcança uma saborosa química que dá liga à mistura da oralidade com a poesia e o panorama burlesco se colore do verbo poético, dourando os personagens e o ar, em movimentos de vaivém como em um jogo com várias peças e estratégias. É o que acontece em construções como:

Já eram mais de cinco horas, o sol mudava sua cor branca e amarela. Começava ficar vermelho, dessa cor que pinta o céu e as nuvens e as folhas dos paus, quando vai dormir no meio do mar, deixando a noite para as estrelas e a lua. Com a saída de sô Vitalino, assim corrido e feito pouco, parecia os casos não iam se resolver mais. (VIEIRA, 2006, p. 122).

Acontece com a linguagem de *Luuanda* algo semelhante à obra de Simões Lopes Neto, sobre a qual Antonio Candido aponta sutis deformações da linguagem, sendo essa “estilizada e convincente, mas ao mesmo tempo literária, esteticamente válida.” (CANDIDO, 1972, p. 89). Ao encontrar um meio termo entre o erudito e o campesino, Lopes Neto teria equilibrado a fala do narrador Blau Nunes com a fala do gaúcho dos pampas, tornando natural seu falar. Definindo a literatura de Lopes Neto como aquela que liberta e humaniza, uma vez que não distancia o falar rústico do culto e, portanto, não distancia seus sujeitos, o teórico conclui:

Graças a isto, o universo do homem rústico é trazido para a esfera do civilizado. O leitor, nivelado ao personagem pela comunidade do meio expressivo, se sente participante de uma humanidade que é a sua, e deste modo, pronto para incorporar à sua experiência humana mais profunda o que o escritor lhe oferece como visão da realidade. (CANDIDO, 1972, p. 89).

Ao assemelhar-se ao procedimento que gerou este raciocínio, fica claro que Luandino também aproxima o leitor do universo africano, possibilitando tanto o acesso ao universo, ainda que provável do africano de Angola, quanto o conhecimento de questões possíveis, representadas literariamente. Daí ser digno de ser tratado como instrumento de reflexão sobre a matriz formadora do povo brasileiro.

### **Considerações finais**

Ao retomar um contexto e um espaço ficcional, a obra *Luuanda* não deixa de trazer, hoje, a memória dos ancestrais colonizados que estão arraigados no povo brasileiro. Importante entender a importância de trocar o pronome “eles” por “nós”, conforme implicações de inerência implícitas na LDB. O brasileiro, ao considerar e incluir a cultura e a etnia africana como objeto de estudo, está estudando e buscando entender a si mesmo. Sua matriz está intrinsecamente ligada à formação do que é brasileiro e, do mesmo modo que seus problemas ecoam mnemonicamente, a maioria advinda do flagelo da escravidão, sua riqueza cultural também está na veia do povo brasileiro. E, se a África ainda sofre dos males hoje abstratos, cumpre lembrar que esses já foram concretos. E conhecer essa origem, além de auxiliar a compreender as decorrências sucedidas das implicações valorativas de fundação pregressa, auxilia também no entendimento dos preconceitos que situam indivíduos em escalas sociais conforme os juízos que deles se fazem. Para essa compreensão, as formulações de Bourdieu explicam as hierarquias que formam as classes. E aqui, saindo do âmbito estritamente escolar, mas ampliando seus sentidos de espaço legitimado juntamente ao Estado e alcançando a proximidade de lugares onde o domínio se justifica, observam-se os agentes dos arbitrários culturais que configuram o poder simbólico. A literatura de Luandino Vieira não apenas possibilita pensar-se o lugar dos dominados, mas na identidade do brasileiro, a partir da contribuição do elemento africano. A invisibilidade naturalizada volta ao espaço de se pensar no suposto “outro”, resgatando-lhe o “eu” que sempre estava encantado, sensibilizando com seus problemas e apreciando sua cultura. Possivelmente, o leitor não sairá o mesmo após essa experiência necessária. E a “Estória da galinha e do ovo”, invertendo sua suposta simplicidade, subvertendo papéis e poderes, denunciando injustiças e preconceitos, pode sem dúvida contribuir para aprimorar:

aqueles traços que reputamos essenciais, como o exercício da reflexão, a aquisição do saber, a boa disposição para com o próximo, o afinamento das emoções, a capacidade de penetrar nos problemas da vida, o senso de beleza, a percepção da complexidade do mundo e dos seres, o cultivo do humor. A literatura desenvolve em nós a quota de humanidade na medida em que nos torna mais compreensivos e abertos para a natureza, a sociedade, o semelhante. (CANDIDO, 2004, p. 180).

E assim, a partir da inclusão inadiável, mas quase inexequível, uma vez que se torna impossível incluir o que é inerente, a literatura exerce o papel de trazer à vista o que nunca deixou de estar na memória social e na raiz, ainda que inconsciente. Só assim, quem sabe, o mundo pode transformar-se, os papéis serem redesenhados e o poder redefinido. O ovo torna-se a metáfora da sobrevivência e direito óbvio de todos os explorados e dominados.

## REFERÊNCIAS

BAKHTIN, Mikhail. **A Cultura Popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais**. São Paulo: Hucitec; Brasília: Ed. da Universidade de Brasília, 1987.

BITTENCOURT, Marcelo. **Estamos juntos: o MPLA e a luta anticolonial (1961-1974)**. Niterói: PPGH, 2002.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. São Paulo: Saraiva, 1990.

\_\_\_\_\_. **Lei Nº 9394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial. República Federativa do Brasil. Brasília, 1996.

BOURDIEU, Pierre. **Meditações pascalianas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

\_\_\_\_\_. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

\_\_\_\_\_. **As regras da arte**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CANDIDO, Antonio. **A literatura e a formação do homem**. São Paulo: Ciência e Cultura, 1972.

CANDIDO, Antonio. “O direito à literatura”. In: **Vários escritos**. São Paulo/Rio de Janeiro: Duas Cidades/Ouro sobre Azul, 2004, p. 169-91.

COUTINHO, Afrânio. **A Literatura no Brasil**. São Paulo: Editora Global, 2004.v. 2.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

HALL, Stuart. Que 'negro' é esse na cultura negra? **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003. 335- 49.

ODALIA, Nilo. **O que é violência**. São Paulo: Brasiliense, 1993.

RIBEIRO, Ronilda. Identidade do afro-descendente e sentimento de pertença a networks organizados em torno da temática racial. In: BACELAR, Jeferson; CAROSO, Carlos (org.). **Brasil: um país de negros?** Rio de Janeiro/Salvador: Pallas/CEAO, 1999, p. 235-52.

ROMERO, Sílvio. **História da Literatura Brasileira**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1960. 5 volumes.

SAID, Edward. A representação do colonizado: os interlocutores da antropologia. **Reflexões sobre o exílio e outros ensaios**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p. 114-36.

SANTIAGO, Silviano. A cor da pele. **Vale quanto pesa: ensaios sobre questões político-sociais**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

VENTURA, Adão. **A cor da pele**. Belo Horizonte: Edição do Autor, 1984.

VIEIRA, José Luandino. Estória da galinha e do ovo. **Luuanda**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.